

Do modelo conceitual FRSAD para o assunto pela leitura: perspectivas para a representação documentária

Brisa Pozzi de Sousa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUSA, B.P. Do modelo conceitualFRSAD para o assunto pela leitura: perspectivas para a representação documentária. In.: FUJITA, M. S. L., NEVES, D. A. B., and DAL'EVEDOVE, P. R., eds. *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, pp. 113-132. ISBN: 978-85-7983-917-7. Available from: <http://books.scielo.org/id/3pk5m>. <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-917-7.p113-132>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DO MODELO CONCEITUAL FRASAD PARA O ASSUNTO PELA LEITURA: PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA

Brisa Pozzi de Sousa

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que uma área de conhecimento necessita de sedimentação que estruture tanto sua história quanto sua fundamentação teórica e, tal estratégia, ocupa também a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), temos sobre tudo ao promover discussões responsáveis por abarcar os aspectos referentes à representação de documentos, tanto no seu aspecto formal quanto no conteúdo, ou temático. Portanto, essa representação compreende atividade essencial de novos cenários intelectuais, pois o objetivo é disponibilizar o documento para recuperação e assimilação por parte dos usuários.

Após a invenção da imprensa por Gutenberg e as ilimitadas possibilidades de edição eletrônica de documentos, tornou-se humanamente impossível conhecer, na proporção em que surge, o número de publicações de determinada área, sendo impraticável organizá-las individualmente. Assim, decorre a necessidade da organização por conteúdo, de forma padronizada, conforme realizado nos catálogos das bibliotecas.

A análise de assunto dos documentos, de forma manual, é subsidiada pela leitura documentária e demanda a institucionalização de proces-

sos como o de resumir, representar com descritores e elaborar linguagens documentárias. Em consequência, o contexto temático da leitura sustenta a elaboração dos processos e produtos documentários possibilitando a busca e recuperação da informação.

Mas, por um longo período na história, a representação temática de documentos esteve atrelada às operações empíricas do profissional e ao seu “[...] ‘bom senso’, pelas quais se atribuía, a um texto/documento qualquer, uma ou várias palavras-chave destinadas a facilitar a recuperação, no momento da pesquisa, sob um dado tema.” (CUNHA, 1990, p. 59).

O cenário perdurou até meados do século XX, pois além do período do bom senso, imbuído de talento, experiência e do hábito profissional (CUNHA, 1990; KOBASHI, 1994), houve também receptividade em relação à determinação do conteúdo do documento e sua nomeação serem constituídos por um processo altamente intuitivo (GUIMARÃES, 2003). Obviamente que pensar uma área somente pelo seu fazer e crer que determinada atividade seria consequência de aptidões pessoais específica se representações unívocas não contribui com avanços significativos para sua teorização e sedimentação.

Remetendo ao cenário da Catalogação e a sua vinculação como processo global de confecção de catálogos¹, a *International Federation of Library Associations and Institutions*² (IFLA) inseriu a modelagem conceitual para a representação da informação, promovendo uma nova forma de fundamentar a área por meio dos *Functional Requirements for Bibliographic Records*³ (FRBR). No ano de 1998, a IFLA publicou o relatório sobre o modelo FRBR, que além de contemplar o aspecto de quem faz uso das bases de dados bibliográficas, também abrangeu conceitualmente o “[...] universo bibliográfico e independente de um código de catalogação específico.” (MELO; BRÄSCHER, 2014, p. 103). Portanto, também independente da linguagem documentária adotada pelo sistema.

¹ O catálogo é a base de dados que possibilita a busca e recuperação de registros informacionais e, em seus primórdios, por exemplo, eram utilizados como ferramenta de inventário. Assim “[...] a única exigência feita a um catálogo de biblioteca era que revelasse os itens componentes de determinada coleção.” (SHERA; EGAN, 1969, p. 11). Todavia, da simples função de inventariar, atualmente os catálogos constituem importante instrumento de busca e recuperação da informação.

² Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.

³ Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos.

A fim de estruturar a representação dos documentos, vários instrumentos como código de catalogação, tabela de classificação, tesouro, dentre outros, são utilizados para padronização dos registros, tanto em relação ao aspecto temático, quanto ao de forma, facilitando o processo comunicativo entre quem produz os catálogos ou bases de dados e aqueles que as utilizam.

O modelo FRBR tem a finalidade de operar em nível conceitual os aspectos referentes às entidades que representam os dados dos documentos, que são os objetos de interesse para os usuários, deliberando o processo comunicativo. Além disso, a família FRBR⁴ totaliza três modelos: o próprio FRBR, o *Functional Requirements for Authority Data*⁵ (FRAD) e o *Functional Requirements for Subject Authority Data*⁶ (FRSAD).

Entretanto, em 21 de setembro de 2016, a seção de Classificação e Indexação da IFLA passou a ser denominada Seção de Análise de Assunto e Acesso⁷. No início de 2016, outro movimento de mudança é constatado, pois em 28 de fevereiro, a Seção de Catalogação (*Cataloguing Section*) anunciou a integração dos três modelos (FRBR, FRAD e FRSAD) em um único, denominado *FRBR-Library Reference Model* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016, *on-line*).

Nesse debate conceitual, ressalta-se a indagação do modelo FRSAD comportar direcionamentos sobre a leitura documentária, pois seu foco centra no aspecto temático e, conseqüentemente, seus relacionamentos.

Sendo assim, pretende-se analisar o modelo FRSAD e buscar-se-á caracterizá-lo em seus aspectos mais gerais, com o objetivo de traçar a existência de uma possível visibilidade em torno da leitura documentária.

⁴ Adotar-se-á nomeação “família FRBR” quando houver necessidade de algum apontamento concomitante aos três modelos – FRBR, FRSAD e FRSAD.

⁵ Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade.

⁶ Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto.

⁷ “We propose “Subject Analysis and Access” as the new name of our section. It is short and a good compromise among the different proposals identified so far. In addition to the end-user focus (“Access”) we also include the role of the professional. “Analysis” refers to the work and thought that goes into determining “aboutness” (or “determining what a document is about”) and then creating subject access – be it assigning classification or headings, developing thesauri, or devising tools and other automatic ways to achieve subject access.” (ŽUMER; ROE, 2016, p. 21).

2 DO MODELO PARA ASSUNTO AO ASSUNTO PELA LEITURA

Em consequência a necessidade de recuperação temática, a análise de assunto, que visa identificar o conteúdo, compreende uma das etapas de maior importância no processo de indexação (NAVES, 1996), pois através dessa análise o indexador terá que expressar com padrões o conteúdo do documento e disponibilizá-lo no catálogo, em forma de informação documentária.

Um ponto central consiste no fato da análise de assunto ser precedida pela leitura documentária e ambas são consideradas etapas que constituem o trabalho intelectual do(a) profissional. Como tema de pesquisa no Brasil, o princípio das discussões sobre leitura documentária destaca-se nas investigações de Cintra (1989), Kobashi (1994), Fujita, Nardi e Santos (1998) e Fujita (1999)⁸, sendo a última responsável em trabalhara referida temática por um período de quinze anos.

A ação de representar tematicamente é a solução mais adequada para recuperar informações organizadas por assunto, como por exemplo, nos catálogos ou bases de dados. Na perspectiva de consolidar tais questões, houve a apropriação do modelo conceitual proveniente da Ciência da Computação e, a IFLA, através da Seção de Catalogação⁹ e, da antiga Seção de Classificação e Indexação¹⁰, propôs a investigação do modelo Entidade-Relacionamento (E-R), a fim de priorizar as necessidades dos usuários dos catálogos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998).

O modelo E-R, desenvolvido por Peter Chen, embasa estruturalmente a família FRBRe é utilizado para estruturar e projetar bases de dados relacionais, em oposição às bases de dados hierárquicas. É conceitual, pois implica na modelagem de coisas, processos ou abstrações objetivando sintetizar e sistematizar sistemas, teorias ou fenômenos com

⁸ Professora Mariângela Spotti Lopes Fujita iniciou as pesquisas sobre Leitura em Análise Documentária em 1993, sendo essa sua principal linha de investigação até o ano de 2009. Trabalhou com a temática em sua tese de livre-docência na Unesp câmpus de Marília, além de possuir várias publicações e inúmeras orientações de pesquisas de TCC, mestrado e doutorado sobre o tema. Portanto, a referida professora é considerada um marco na formação de pesquisadores que hoje atuam profissionalmente em universidades e em colaboração com outros pesquisadores sobre a referida temática.

⁹ *Cataloguing Section* - <http://www.ifla.org/cataloguing>

¹⁰ *Section on Classification and Indexing*, atual *Subject Analysis and Access* - <http://www.ifla.org/classification-and-indexing>

intuito de ser aplicável. Identifica-se no modelo E-R as entidades, os atributos e os relacionamentos. Considera-se entidade como algo, ou alguma coisa que pode ser distintamente identificada, relacionamento como a associação entre as entidades e, atributos, como características próprias de uma entidade (CHEN, 1990).

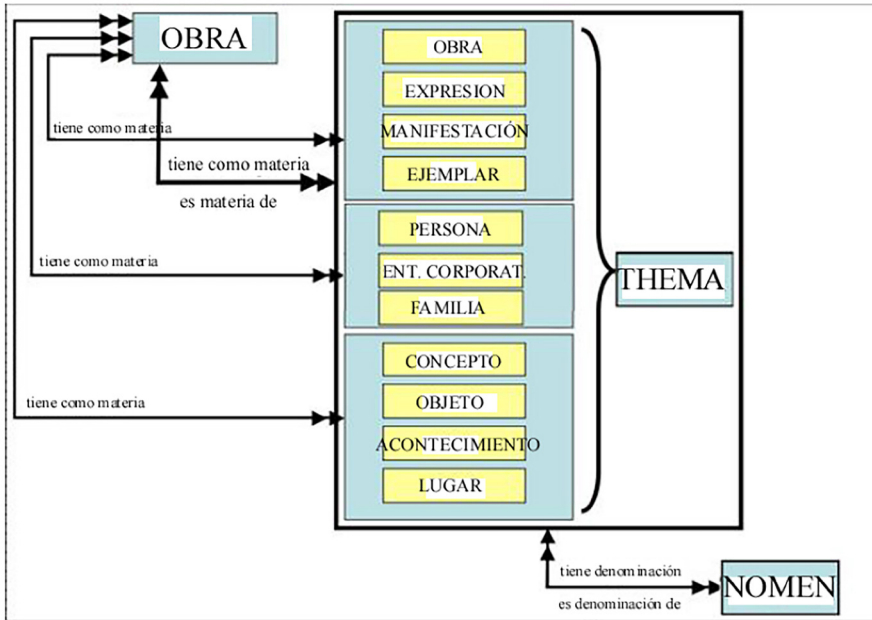
O modelo FRASAD representa uma análise das entidades que constituem os assuntos de uma obra, consistindo em determinar um marco que proporcione o entendimento dos registros bibliográficos e as respectivas autoridades de assunto com o objetivo de atender as buscas dos usuários (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011).

Observando a família FRBR, composta pelos três modelos, totaliza-se o quantitativo de 11 entidades. O primeiro modelo, o FRBR, abrange as entidades dos produtos de trabalho intelectual ou artístico, sendo: obra, expressão, manifestação e item (constitui o grupo 1 de entidades). Já o segundo, o FRAD, compõe as entidades vinculadas aos responsáveis pela produção do conteúdo, disseminação e guarda das entidades do grupo 1, sendo: pessoa, entidade coletiva e família¹¹ (constitui o grupo 2 de entidades). E, o terceiro modelo, o FRASAD, determina as entidades que exercem os assuntos de uma obra, a saber: conceito, objeto, evento e lugar (constituem o grupo 3 de entidades) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011).

Todas as entidades do grupo 1 e 2 podem representar os assuntos de uma obra (grupo 3). Várias são as relações entre as entidades do registro bibliográfico e destacam-se as relações de assunto entre a entidade obra (grupo 1) com as demais entidades. Ilustra-se o fato com a figura que segue.

¹¹ Inserido a partir do modelo FRAD em 2009. Antes havia duas entidades nesse grupo: pessoa e entidade coletiva.

Figura 1 - Relações de assunto propostas pelas entidades da família FRBR
- grupo 1 (FRBR), grupo 2 (FRAD) e grupo 3 (FRSAD)



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2011)

Considera-se que os relacionamentos possuem a finalidade de apontar ligações entre as entidades, sendo tais ligações os recursos através dos quais os usuários poderão navegar, a fim de encontrar as conexões entre uma entidade e todas as outras que possam se relacionar a ela (TAYLOR, 2007).

É possível observar que outras duas entidades são destaque nos relacionamentos: *Thema* e *Nomen*. A primeira é definida como qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra e, a segunda, como qualquer signo ou sequência de signos (caracteres alfanuméricos, símbolos, sons, etc) mediante os quais conhece, refere e aborda um *Thema* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011). O modelo ainda considera *Thema* uma superclasse de todas as entidades da família FRBR¹² e os termos matéria, tema e conceito são empregados como sinônimos e, nota-se que, equivocadamente, o modelo define todos como idênticos.

¹² “[...] *thema* es una superclase de todas las entidades FRBR [...]” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011, p. 13).

O modelo explica a escolha pelo latim para nomear as palavras “[...] *thema* (em plural *themata* o *Themas*) y *nomen* (em plural *nomina* o *nomens*), porque no tienenun significado pre-existente em nuestro contexto, son culturalmente neutros y no requieren traducción.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2011, p. 13, *itálico do modelo*). Todavia, o latim pode sinalizar um resgaste do modelo não identificado por Aristóteles¹³, que foi quem determinou as diretrizes da classificação do conhecimento por mais de dois mil anos. Além disso, segundo Marcondes (2007), na gênese de Aristóteles, a Filosofia Formal, ou seja, a Lógica aponta contribuição à Filosofia da Linguagem.

Nesse contexto, não é definido no modelo FRSAD fundamentação sobre o *Thema*. Ademais, várias questões permeiam o seu entendimento e, dentre elas, destacam-se:

- o modelo não define qual estrutura teórica é aporte da sua criação;
- não explora conceitualmente a questão do assunto, embora seja um modelo com enfoque para esse fim;
- reduz a estruturação do assunto entre *Thema* e *Nomen*;
- emprega os termos assunto, tema e conceito como sinônimos de *Thema*, sem nenhum escopo teórico para definição;
- vincula-se aos exemplos dos instrumentos elencados no apêndice, como *La Faceted Application of Subject Terminology* (FAST)¹⁴ ao invés da discussão teórica das entidades que compõem o modelo;
- a produção científica que discuta o modelo FRSAD teoricamente e necessária e, sobretudo no Brasil, ainda é pequena; e

¹³ “Ao valerem-se do latim como língua neutra, os criadores dos FRSAD pressupõem isenção quando, na verdade, não estão utilizando uma língua neutra. O latim é a língua utilizada por Aristóteles, por exemplo, e os preceitos filosóficos postulados por esse filósofo figuram como uma maneira de olhar a representação de assunto.” (MILANI, 2014, p. 107).

¹⁴ *La Faceted Application of Subject Terminology* (FAST) é uma adaptação da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH).

- por último e não menos importante, indaga-se como o assunto poder ser distintamente¹⁵ identificado pelo viés da modelagem E-R. A ventar a possibilidade do conteúdo ser unívoco desfaz toda fundamentação teórica construída sobre a área temática e, portanto, nota-se ausência de discussão teórica sólida, sistematizada e abrangente sobre o modelo FRSAD.

Os pontos elencados não são novos e retomam problemas que, pelo modelo conceitual FRSAD, aparentemente, podem sinalizar como resolvidos, entretanto necessitam ser enfrentados teoricamente.

Além desses, notou-se que em nenhum momento a leitura do documento é indicada ou sinalizada como a maneira de atingir o assunto, pois a modelagem não substitui a análise. Ela estrutura os relacionamentos, entretanto o processo não é automático.

2.1 PERPASSANDO O FRSAD

Em busca de delinear essa discussão, torna-se necessário recuperar alguns aportes teóricos e metodológicos que acenem para as necessidades de busca e acesso à informação dos usuários. “Estas necessidades variam de acordo com o domínio do saber, com o estado dos conhecimentos, com a natureza dos usuários e com seus objetivos.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 28).

Nos últimos anos é possível observar o empenho no aprimoramento e na busca de avanços dos sistemas documentários, os quais são responsáveis em armazenar as informações documentárias, sendo estas

[...] apreendidas, registradas e armazenadas em sistemas de informação documentária a fim de que sejam passíveis de recuperação e uso. As informações documentárias, portanto são unidades de representação, construídas sob uma forma e um conteúdo, a partir de decisões pautadas nos tipos de informação, nas áreas do conhecimento ou de atividade, na linguagem dos usuários e nos objetivos do serviço de informação, tornando explícito o propósito de um sistema de informação. (ORTEGA, 2008, p. 8).

¹⁵ Importante salientar que conforme já citado (ver p. 3) com base em Chen (1990), a entidade é algo, ou alguma coisa que pode ser distintamente identificada. No dicionário consta como explicação para overbete “distinto”: que não se confunde, perceptível, claro. (FERREIRA, 2010). Consequente, a questão do assunto de um documento ser inconfundível é simplesmente reducionista e retrógrado.

Dessa forma, as informações documentárias comportam operações no ciclo documentário, ou “cadeia documental” (GUINCHAT; MENO, 1994) que se inicia com a produção de documentos, passa pela coleta, perpassa o tratamento ou organização daquilo que será armazenado para alcançar a recuperação, a disseminação e o uso da informação. “Estas operações são ligadas umas as outras, de tal forma que cada uma depende da que a precede, de acordo com a lógica do processo.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 30).

A circulação de informações em um sistema documentário ou biblioteca, que comportem as etapas do ciclo documentário, ocasiona, por conseguinte, a

[...] comunicação documentária e supõe a organização prévia da informação em categorias aptas a circular nas várias esferas da sociedade. Considera-se, assim, a presença de um sistema que elabora mensagens (o sistema de informação documentário) e o enunciatário (o usuário) que as recebe e as interpreta. A transferência de informações requer, portanto, a elaboração de mensagens (representações) que propiciem interpretações produtivas. (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13).

É possível apreender que o conteúdo dos documentos se torna passível de socialização a partir da devida importância que é dada à sua organização. O foco não se resume na estocagem e centralização, mas no acesso às informações e, inclusive, nas formas que os documentos podem ser disponibilizados e acessados pelos usuários.

Passados aproximadamente 18 anos desde que o primeiro relatório final com o modelo FRBR foi estruturado, poucas pesquisas brasileiras são constatadas e, em relação ao modelo FRSAD, relativamente recente, pois teve versão publicada em 2010, cabe destacar duas pesquisas brasileiras que envolvem discussão sobre o tema, sendo a dissertação de Melo (2013) e a tese de Milani (2014).

O estudo de Melo (2013) investiga os tipos de relacionamentos entre conceitos que são tratados e representados nos sistemas de organização do conhecimento e indica a importância do uso da modelagem conceitual para a representação da informação. Aborda o propósito das tarefas dos usuários e a estrutura do modelo conceitual FRSAD, consti-

tuindo análise teórica do conceito (*thema*) e dos tipos de relacionamentos semânticos (*thema-to-thema*) estabelecidos no FRSAD, sob a perspectiva das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito. A autora conclui que a coexistência de abordagens teóricas em um modelo conceitual é uma relevante contribuição para a prática da representação temática da informação em sistemas de organização do conhecimento, argumento que encontra sua base de sustentação teórica nas pesquisas de Žumer, Zeng e Salaba (2012).

Já Milani (2014) caracteriza o fenômeno *bias*¹⁶ na representação de assunto e aponta o poder que é instaurado pela construção de produtos por meio dos quais o usuário terá acesso à informação desejada. No entanto, de acordo com a autorasupracitada, há o risco de os substitutos documentais serem construídos com *biases* em dois contextos: negativo, quando deixam de incluir diversas características, conferindo pouca atenção aos grupos e temas, amparando-se em inclinações, desvios ou preconceitos; e positivo, onde prevalecem os direcionamentos ou vieses que visam garantir especificidade a determinadas comunidades usuárias.

O grupo de trabalho responsável pelo modelo FRSAD dispôs como objetivo estruturar conceitualmente as entidades do grupo 3 e como essas entidades se relacionam com os dados de autoridade assunto e as necessidades dos usuários. Além disso, o modelo intenciona auxiliar na avaliação do potencial de uso e compartilhamento internacional dos dados de autoridade assunto, tanto em bibliotecas como em outras instituições. O grupo de trabalho FRSAD, ou seja, *workinggroup* (FRSAD WG) aborda esse modelo no contexto dos demais, propostos pela IFLA, e desenvolvidos nos últimos anos (ZENG; ŽUMER, [2010?]).

Puente (2012) endossa que o modelo FRSAD pode ajudar no uso e desenvolvimento de dados de autoridade assunto e ressalta a independência deste com qualquer sistema ou contexto específico, permitindo assim o compartilhamento de dados e a interoperabilidade semântica.

¹⁶ A autora destaca a opção por manter o termo original *bias(es)* em inglês, pois em língua portuguesa pode haver as conotações negativas de tendência, inclinação ou desvio e as conotações de direcionamento ou viés. Além disso, os instrumentos que embasam o processo de representação, como por exemplo, os tesouros, não são neutros e possuem valores morais inseridos. Com isso, os valores do profissional que realiza o processo de representação, assim como os valores do idealizador do instrumento refletirá nos produtos de representação.

Em uma busca complementar sobre documentos que abordem especificamente o FRASAD, encontrou-se um livro publicado em inglês (ŽUMER; ZENG; SALABA, 2012).

As referidas três autoras apontadas são destaque no cenário internacional na abordagem do modelo FRASAD e, inclusive, são as editoras responsáveis pelo relatório final¹⁷ do referido modelo, aprovado em junho de 2010, pelo Comitê da Seção de Classificação e Indexação da IFLA. Em decorrência, Žumer, Salaba e Zeng (2007) apontam que os estudos iniciais sobre o FRASAD, que então era denominado *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR), foi constituído em abril de 2005 pelo grupo que estava envolvido com o desenho do modelo FRAD.

Ainda segundo as autoras supracitadas, todas as entidades dos três grupos têm potencial para ser o tema de uma obra, e o escopo do FRASAD consiste na abrangência de três propósitos: construir um modelo conceitual que relacione as entidades do grupo 3 no âmbito FRBR e do *aboutness*¹⁸ das obras; fornecer definições claras e quadro de referência para relacionar os registros de autoridade assunto às necessidades dos usuários; e, por último, auxiliar na avaliação do potencial internacional de compartilhamento e uso dos dados de autoridade assunto, tanto dentro de bibliotecas como para além desse espaço (ŽUMER; SALABA; ZENG, 2007). Ressalta-se que os três propósitos também estão incluídos no relatório do modelo (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010; 2011).

Considerando ainda Žumer, Salaba e Zeng (2007) é possível ratificar que o modelo FRASAD não possui sustentação teórica sobre a parte temática, objetivo principal que centra sua criação e função. Nota-se que prevaleceu um entendimento prático para a fundamentação, ou seja, do uso, quer de quem trabalhe ou pesquisa autoridade assunto em diferentes espaços, conforme é possível constatar:

¹⁷ INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD): a conceptual model*. 2010. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

¹⁸ Um dos objetivos que o modelo se propõe é relacionar o *aboutness* das obras, fato que incita vários debates e direcionamentos teóricos, conforme estabelecido por autores que perpassam várias áreas, dentre elas a CI, a filosofia, a semiótica. Destaque para: Hutchins (1977); Hjørland (1992); Putnam (1958); Alves, Moraes e Almeida (2014); Guedes (2009); Moraes (2012).

The FRSAR Working Group felt strongly that, in order to define user tasks, an actual user study was necessary, and two studies were therefore conducted. The first was a pilot study at the 2006 Semantic Technologies Conference (San Jose, California, USA). Most study participants were either creators of semantic tools, including controlled vocabularies, taxonomies and ontologies, or developers and managers of semantic technology systems. The second study was an international survey sent to information professionals throughout the world during the months of May-September 2007. Participants included authority record creators, vocabulary creators and managers, catalogers, metadata librarians, and reference librarians among others. Participants were asked to describe their work and their use of subject authority data in different contexts, including cataloging/metadata creation, subject authority work, and searching or helping others search bibliographic information. The results of these studies enriched our understanding of subject authority data use and informed and further confirmed the FRSAR user tasks¹⁹. (ŽUMER; SALABA; ZENG, 2007, p. 490).

Em continuidade há indicação de trabalhos apresentados em eventos pelas editoras do modelo FRSAD e aponta-se: Zeng e Žumer (2009a) que aborda mapeamento do modelo FRSAD e outros modelos abstratos, apresentado na ISKO UK *Conference*, em Londres; Zeng e Žumer (2009b) que indica introdução ao FRSAD e mapeamento com uso de SKOS e Žumer e Zeng (2015) publicação que indica aplicação do FRBR e FRSAD em sistemas de classificação. Observa-se na abordagem das autoras a vinculação do modelo FRSAD a instrumentos e não a discussões sobre possíveis aportes teóricos para fundamentação. Os trabalhos de 2009b e 2015 estão vinculados aos *Simple Knowledge Organization System* (SKOS) ou Sistemas de Organização do Conhecimento e, inclusive, o segundo a *Universal Decimal Classification* (Classificação Decimal Universal).

¹⁹ O Grupo de Trabalho FRSAR, sentiu necessidade de definir as tarefas do usuário, um estudo real foi necessário e dois foram conduzidos. O primeiro foi um estudo piloto em 2006 durante a *Semantic Technologies Conference* (San Jose, Califórnia, EUA). A maioria dos participantes do estudo eram ou criadores de ferramentas semânticas, incluindo vocabulários controlados, taxonomias e ontologias, ou desenvolvedores e gestores de sistemas de tecnologia semântica. O segundo estudo foi uma pesquisa internacional enviada para profissionais da informação em todo o mundo durante os meses de maio a setembro de 2007. Entre os participantes foram incluídos criadores de registro de autoridade, criadores e gestores de vocabulário, catalogadores, bibliotecários de metadados e de referência, entre outros. Os participantes foram solicitados a descrever seu trabalho e a utilização de dados de autoridade assunto em diferentes contextos, incluindo catalogação/criação de metadados, o trabalho de autoridade assunto, e pesquisas ou auxílios a outras pessoas por buscas de informações bibliográficas. Os resultados destes estudos enriqueceu nossa compreensão do uso de dados autoridade assunto e informou e confirmou as tarefas do usuário no [modelo] FRSAR. (ŽUMER; SALABA; ZENG, 2007, p. 490, tradução nossa).

3 A LEITURA DOCUMENTÁRIA

Nota-se que a indexação é utilizada para indicar o procedimento de catalogação de assunto em bibliotecas. O fato é decorrente do avanço e uso das tecnologias, que ocasionaram a transformação dos catálogos manuais em *on-line*, sendo estes considerados equivalentes às bases de dados (FUJITA, 2009).

Anterior ao processo de transferência e recuperação da informação tem-se que considerar o tratamento, que decorre da necessidade de representar os documentos, para disponibilizá-los à comunidade usuária de maneira tratada. Salvo contrário, o acervo de uma biblioteca estaria abnegado ao acaso, formando um conglomerado de informações dispersas.

Considerada a etapa que constitui o trabalho intelectual do indexador, o foco nessa seção percorre a abordagem da fase inicial do processo de indexação denominada análise de assunto. No entanto, também pode ser concebida por outras denominações e “o processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como análise de assunto para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo.” (NAVES, 1996, p. 215).

Os estudos de Cintra (1989) fundamentaram a importância da compreensão do ato de ler para o cumprimento da atividade de indexação. Kobashi (1994) condiciona a importância da realização da leitura no contexto de análise documentária. Cunha (1990, p. 141, destaque da autora) explica que a análise do documento “[...] passa em primeiro lugar pela LEITURA do texto e sua análise [...]” sendo esta etapa o “momento deflagrador” da análise.

Com isso, observa-se um articulado movimento de interação entre leitor e texto a ser incorporado no sistema documentário, tendo a leitura do profissional o papel de apropriação do conhecimento, que segundo Moura (2004), remete a dois tipos específicos de apropriação textual:

De um lado, temos a apropriação terminológica caracterizada pelo contínuo armazenamento, em enciclopédia particular, de uma lista de descritores aplicáveis às áreas de atuação do profissional. No decorrer do tempo, devido à familiaridade com a terminologia, tal leitor é capaz de incorporar novas informações aos sistemas, formular expressões

de busca, estabelecer diálogos interdisciplinares sem, contudo, conseguir extrair as implicações teórico metodológicas desta ação. É uma habilidade que o bibliotecário desenvolve ao longo de suas atividades profissionais.

Por outro lado, a apropriação conceitual ocorre de modo mais consciente. Neste caso, o profissional busca, no desempenho de suas atividades, conhecer de forma mais específica os conceitos e as interfaces que os descritores representam para as distintas áreas de conhecimento. Devido a esse fato, a representação de um dado item informacional realizada pelo bibliotecário ganha significação e a mediação passa a ter mais chance de efetivação. (MOURA, 2004, p. 165).

Na segunda forma de apropriação descrita, predomina a maneira mais consciente de assimilar as informações documentárias que são produzidas, sendo observável a ligação entre o profissional, o sistema de recuperação da informação e o usuário. A autora explica a importância de o bibliotecário atuar como um leitor-mediador, a fim de “[...] exercer a capacidade interpretativa sã e, às vezes, a paranóica, para melhor compreender a dinâmica do fenômeno informacional, o que exige dos profissionais uma postura multidisciplinar na realização do seu trabalho [...]” (MOURA, 2004, p. 167).

A fim de oferecer subsídios aos profissionais em relação à atividade de determinar o assunto do documento, foi criado os “Princípios de Indexação” pelo sistema internacional vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)²⁰, conhecido pela sigla UNISIST²¹ (WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1981; FUJITA, 2003).

Em 1985, a publicação dos Princípios de Indexação ocasionou a criação da primeira norma internacional, a ISO 5963 e, no Brasil, somente 7 anos depois, em 1992, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a tradução, nomeando-a de NBR 12676/1992 (FUJITA, 2003).

Fujita (2003) investiga por meio da revisão de literatura, a identificação de conceitos a partir da leitura documentária, da tematicidade e das

²⁰ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

²¹ *World Information System for Science and Technology.*

concepções de análise do assunto do documento, abordando, indicando e tendo como aparato além de outros autores e a NBR 12676/1992²², os Princípios UNISIST.

O processo de indexação é definido por Princípios UNISIST (WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1981, p. 84), como sendo:

[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto. [...] Durante a indexação, os conceitos são extraídos do documento através de um processo de análise, e então traduzidos para os termos de instrumentos de indexação (tais como tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, etc).

Também de acordo com os Princípios de Indexação (WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1981, p. 85), a operacionalização do processo decorre em dois estágios sendo: “- Estabelecimento dos conceitos tratados num documento, isto é, o assunto; - Tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação.”

Focando no texto referente aos Princípios, durante o estágio de determinação de assunto (1º estágio) é possível observar que a leitura documentária encontra-se subentendida em “partes importantes do texto [que] necessitam ser consideradas cuidadosamente” (WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, 1981, p. 86), pois mesmo para compreender as partes, é necessário realizar a leitura documentária.

De acordo com Fujita (2003, p. 64, destaque da autora) é possível constatar que a leitura está subtendida nos Princípios de Indexação, na frase grifada:

Na *identificação de conceitos* (segundo estágio do estabelecimento de conceitos), o indexador, após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. Para isso, recomenda que a identificação de conceitos seja feita obedecendo a um esquema de categorias existente na área coberta pelo documento, como por ex.: o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.

²² Norma Brasileira responsável em subsidiar o processo de indexação. Entre os objetivos da referida Norma, encontra-se a fixação de condições exigíveis para a prática normalizada do exame de documentos, da determinação de seus assuntos e da seleção de termos de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

São nítidas as diferenças entre os Princípios UNISIST e o próprio modelo conceitual FRSAD, entretanto, ambos possuem a dimensão de terem sido articulados por entidades internacionais e, assim, carregam visibilidade ampliada. Nessa perspectiva, tais iniciativas são de grande importância para sustentar discussões sobre a finalidade e importância do processo de representação.

O fato de resgatar o UNISIST não se vincula a tecer comparações entre este e o modelo conceitual FRSAD, pois o primeiro possui uma proposta de princípios e, o segundo, da modelagem conceitual, entretanto ambos perseguemo mesmo resultado: a representação. Mas, nem de forma sublimar o modelo da IFLA aponta o subsídio da leitura para a estruturação dos assuntos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto é possível perceber que a leitura documentária possui condições de permear o contexto dos modelos propostos pela IFLA, sobretudo pelo fato desses estarem em processo de discussão. Para tanto, se considera que uma nova dimensão precisa ser assumida pelo modelo, na qual o assunto do documento passe a ser desencadeado de forma relacionada à leitura documentária.

O reforço teórico para estabelecer representação temática torna-se uma possibilidade de derrubar o estigma do tratamento da informação documentária ser visto como resultado somenteda prática profissional, portanto sem fundamentação.

Independente das propostas que sustentem a discussão, o foco sempre será a disponibilização da informação documentária em catálogos ou bases de dados, a fim de facilitar a busca e a recuperação. Nesse entendimento, somente a partir da integração entre os escopos teóricos e práticos será possível consolidar a parceria entre leitura documentária, análise de assunto, representação e recuperação, aspectos tão necessários e caros a Biblioteconomia e Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E.; ALMEIDA, C. C. Semiótica do discurso científico: um estudo sobre novas perspectivas para a análise documental de conteúdo. *Scire*, v. 20, n. 2. p. 55-59. jul./dic. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.
- CHEN, P. P. *Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico*. São Paulo: MakronBooks, 1990.
- CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1989. p.27-35.
- CUNHA, I. M. R. F. *Do mito à análise documentária*. São Paulo: EDUSP, 1990. (Teses; v. 11).
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FUJITA, M. N. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A. S. A leitura em análise documentária. *Transinformação*, v. 10, n. 3, p. 13-31, 1998.
- FUJITA, M. N. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 4, n. 1, p. 101-116, 1999.
- FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.
- FUJITA, M. S. L. O contexto da indexação para a catalogação de livros: uma introdução. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 11-17.
- GUEDES, E.G. F. *O conceito aboutness na Organização e Representação do Conhecimento*. 90 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- GUIMARÃES, J. A. C. A Análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. Série Estudos Avançados em Ciência da Informação. p. 100-117.
- GUINCHAT, C.; MENO, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília: IBICT, 1994.

HUTCHINS, W. J. On the problem of “aboutness” in document analysis. *Journal of Informatics*, v. 1, n. 1, p. 17-35, 1977.

HJØRLAND, B. The concept of “subject” in information science. *Journal of Documentation*, v. 48, n. 2, p. 172-200, 1992.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos*: informe final. [Madrid]: Ministerio de Cultura, 1998. Traducción Xavier Agenjo y MaríaLuisa Martínez-Conde. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr-es.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*: a conceptual model. 2010. Editors: Marcia Lei Zeng; Maja Žumer; Athena Salaba. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Requisitos Funcionales para Datos de Autoridad de Materia (FRSAD)*: un modelo conceptual. España. 2011. Traducción: Pascual Jiménez Huerta, Lourdes Alonso Viana. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr-es.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Section Cataloguing. FRBR Review Group. *World-wide review of the FRBR-Library Reference Model, a consolidation of the FRBR, FRAD and FRSAD conceptual models*. 28 february 2016. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/10280?og=54>>. Acesso em: 29 set. 2016.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias*: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)– Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 3, p. 7-21, set./dez. 2003. (Edição Especial).

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MELO, M. A. F. *Contribuições das abordagens positivista e pragmática do estudo do conceito para o modelo conceitual FRSAD*. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 12, n. 2, p.102-119, maio/ago. 2014.
- MILANI, S. O. *Bias na representação de assunto: uma discussão de oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- MORAES, J. B. E. de. Perspectivas metodológicas para a identificação do aboutness em textos narrativos de ficção. *Scire*, v. 18, n. 2. p. 57-66. jul./dic. 2012.
- MOURA, M. A. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9 n. 2, p. 158-169, jul./dez. 2004.
- NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.
- ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. *Transinformação*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2008.
- PUENTE, M. *Nuevos paradigmas em el control de autoridades temáticas: el modelo FRSAD y los sistemas de organización del conocimiento*. Buenos Aires: Consultora de Ciencias de la Información, 2012. (Serie Documentos de Trabajo; Área Procesos Técnicos). Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17399/1/DT_036.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.
- PUTNAM, H. Formalization of the concept “about.” *Philosophy of Science*, v. 25, n. 2, p. 125-130, 1958.
- SHERA, J. H.; EGAN, M. E. *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.
- TAYLOR, A. G. An introduction to functional requirements for bibliographic records (FRBR). In: TAYLOR, A. G. *Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools*. Westport: Green wood Publishing Group, 2007. p. 1-19.
- WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

ZENG, M. L.; ŽUMER, M. Mapping FRSAD model and other abstract models. In.: ISKO UK Conference, 2009a, London. *Proceedings...* London: ISKO UK, 2009a. Disponível em: <<http://www.iskouk.org/content/mapping-frsad-model-and-other-abstract-models>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ZENG, M. L.; ŽUMER, M. Introducing FRSAD and Mapping it with SKOS and other models. In.: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 75., 2009b, Milan. *Proceedings...* Milan: IFLA, 2009b. Disponível em: <<http://www.ifla.org/past-wlic/2009/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ZENG; M. L.; ŽUMER, M. *Introducing FRSAD and mapping it with SKOS and other models*. [2010?]. Based on the work of the FRSAR Working Group. Disponível em: <<http://nkos.slis.kent.edu/FRSAR/introducingFRSAD.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

ŽUMER, M.; SALABA, A.; ZENG, M. L. Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR): a conceptual model of aboutness. In.: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ASIAN DIGITAL LIBRARIES, 10., 2007, Hanoi, Vietman. *Proceedings...* Germany: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2007. p. 487 - 492.

ŽUMER, M.; ZENG, M. L.; SALABA, A. *FRSAD: conceptual modeling of aboutness*. California: Libraries Unlimited, 2012.

ŽUMER, M.; ZENG, M. L. Application of FRBR and FRSAD to classification systems. In: INTERNATIONAL UDC SEMINAR, 2015, Lisbon. *Proceedings...* Würzburg: Ergon-Verlag, 2015. Edited by Aida Slavic e Maria Inês Cordeiro.

ŽUMER, M.; ROE, S. News from the classification & indexing section. *IFLA Metadata Newsletter*, v. 2, n. 1, june, 2016. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/metadata_newsletter-20160803.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.